

Instituições e Desenvolvimento Regional:  
o caso da ADR do Sudoeste do Paraná

*Institutions and Regional Development:  
the case of RDA in Southwest Paraná*

*Instituciones y Desarrollo Regional:  
el caso de ADR en el Suroeste de Paraná*

---

Felipe Polzin Druciaki\*,  
Christian Luiz da Silva\*\* e Marcos Junior Marini\*\*\*

---

RESUMO

O desenvolvimento regional é um processo complexo e dinâmico, e o papel das instituições é fundamental para que o mesmo ocorra de maneira sustentada. Assim, este artigo busca analisar o papel da Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná em relação ao desenvolvimento regional sob o âmbito de um arranjo institucional. Para tanto, utilizou-se do método bibliográfico e dados secundários. Os principais resultados evidenciam que a região de atuação da ADR é relevante e vem melhorando seus indicadores ao longo dos anos em relação à média estadual. Ademais, ressalta-se que a agência possui um arranjo institucional sólido e organizado em prol do desenvolvimento regional. Contudo, ainda não há uma maneira clara para diferenciar ou avaliar o papel efetivo desse arranjo institucional no desenvolvimento daquela região, devido à falta de mecanismos de monitoramento das ações que se originam exclusivamente pela articulação da ADR com a respectiva rede de atores. Nesse sentido, é importante destacar que a falta de uma metodologia que acompanhe o ciclo das ações efetivamente realizadas pela rede institucional pode ser um

---

\* Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade do Oeste do Paraná, Toledo, Paraná, Brasil. Economista, especialista em Gestão Econômica e Financeira de Negócios pela Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, Paraná, Brasil. Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Pato Branco, Paraná, Brasil.

E-mail: felipe\_polzin@hotmail.com

\*\* Mestre e Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Pós-doutor em Administração pela Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Economista. Professor Titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: christiansilva@utfpr.edu.br

\*\*\* Doutor em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. Mestrado em Informática pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. Estágio de pós-doutorado junto ao Instituto Interuniversitário de Desarrollo Local da Universidade de Valência – Espanha. Graduado em Processamento de Dados, com especializações em Metodologia do Ensino Tecnológico e Informática Educativa, todas pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: marini@utfpr.edu.br

Artigo recebido em outubro/2023 e aceito para publicação em outubro/2023.

fator que contribua com o enfraquecimento deste arranjo institucional no processo de desenvolvimento regional.

*Palavras-Chave:* Desenvolvimento regional. Arranjo institucional. Agência desenvolvimento. ADR Sudoeste.

#### ABSTRACT

Regional development is a complex and dynamic process, and the role of institutions is fundamental for it to occur in a sustainable manner. Thus, this article seeks to analyze the role of the Regional Development Agency of Southwest Paraná in relation to regional development under the scope of an institutional arrangement. To this end, the bibliographic method and secondary data were used. The main results show that the region where ADR operates is relevant and has improved its indicators over the years in relation to the state average. Furthermore, it is noteworthy that the agency has a solid and organized institutional arrangement in favor of regional development. However, there is still no clear way to differentiate or evaluate the effective role of this institutional arrangement in the development of that region, due to the lack of mechanisms for monitoring actions that originate exclusively through the articulation of ADR with the respective network of actors. In this sense, it is important to highlight that the lack of a methodology that monitors the cycle of actions actually carried out by the institutional network may be a factor that contributes to the weakening of this institutional arrangement in the regional development process.

*Keywords:* Regional development. Institutional arrangement. Development agency. ADR Sudoeste.

#### RESUMEN

El desarrollo regional es un proceso complejo y dinámico, y el papel de las instituciones es fundamental para que se produzca de manera sostenible. Así, este artículo busca analizar el papel de la Agencia de Desarrollo Regional del Suroeste de Paraná en relación al desarrollo regional en el ámbito de un arreglo institucional. Para ello se utilizó el método bibliográfico y datos secundarios. Los principales resultados muestran que la región en la que opera ADR es relevante y ha mejorado sus indicadores a lo largo de los años en relación al promedio provincial. Además, cabe destacar que la agencia cuenta con un arreglo institucional sólido y organizado a favor del desarrollo regional. Sin embargo, aún no hay una manera clara de diferenciar o evaluar el papel efectivo de este arreglo institucional en el desarrollo de esa región, debido a la falta de mecanismos de seguimiento de las acciones que se originan exclusivamente a través de la articulación de la ADR con la respectiva red de actores. En este sentido, es importante resaltar que la falta de una metodología que monitoree el ciclo de acciones efectivamente llevadas a cabo por la red institucional puede ser un factor que contribuya al debilitamiento de este arreglo institucional en el proceso de desarrollo regional.

*Palabras clave:* Desarrollo regional. Arreglo institucional. Agencia de desarrollo. ADR Sudoeste.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de melhoria na qualidade de vida dos indivíduos ou desenvolvimento socioeconômico de uma determinada região ou território é produto de diferentes aspectos intrínsecos à própria vivência em coletividade, como fatores históricos, sociais, culturais, geográficos, econômicos entre outros. Todo o *framework* analítico envolvido neste processo está condicionado, às instituições, formais ou informais, formuladoras das regras do jogo, e as organizações e outros atores tomam forma dos players (NORTH, 1990). Neste sentido, todo funcionamento do sistema econômico é orquestrado por uma série de instituições que influenciam a direção das tomadas de decisões, ao passo de que são influenciadas pelos players que retroalimentam o sistema incentivando ou não os interesses que maximizam seus *payoffs*.

Quanto maior a amplitude institucional e organizacional, mais interesses se envolvem no processo, evidenciando um processo de “*one size fits all*”. Na contramão do globalismo, autores como Storper, Scott, Porter, Amin entre outros evidenciaram nos anos de 1990 a importância do endogeneísmo no processo de crescimento e desenvolvimento. Estes autores identificaram as especializações regionais e locais de determinados arranjos que fomentam a dinâmica econômica regional, pontos que Marshall (1920) já havia previsto no final do século XIX quando escreveu sobre os distritos industriais.

Para Rodriguez-Pose (2013) as estruturas de governança e arranjos institucionais nas escalas regionais e locais funcionam muito melhor que na escala nacional, por estarem mais próximas dos atores e mobilizando as organizações de forma mais efetiva. Este sentido de efetividade está relacionado ao fato de que nestes arranjos em escalas regionais ou locais, há uma diminuição das incertezas, assimetrias de informação e custos de transação devido à proximidade, melhorando as condições para o desenvolvimento (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2002).

A ideia de descentralização do pensamento e da política econômica dá grande impulso no desenvolvimento regional a partir dos governos locais e regionais e coloca em evidência o papel das instituições como uma ferramenta de gestão do desenvolvimento em uma escala menor, legitimando as ações institucionais. O *link* entre os governos e os atores regionais geralmente ocorre através de Agências de Desenvolvimento Regional (ADR). Uma ADR é um arranjo institucional que visa a articulação de atores regionais em prol do desenvolvimento socioeconômico de um determinado local. Esse ponto marca, segundo Halkier *et al.* (1997) uma mudança do gerencialismo para o empreendedorismo, e para a governança regional.

Um caso clássico de organização industrial em escala regional pode ser identificado nos trabalhos de Becatini (1991) e mais tarde Putnam (1993) em relação à “terceira Itália”. Essa região da Emilia-Romagna, na Bologna, foi estimulada pelo enfraquecimento do estado Italiano em relação a atenuância das

disparidades socioeconômicas regionais. Neste contexto surge a *Ente Regionale per la Valorizzazione Economica del Territorio* (ERVET) em 1973, ganhando atenção internacional, resultado dos bons desempenhos que a região da terceira Itália passou a experimentar.

Ao longo dos anos diversas outras ADR's surgiram pela Europa e demais continentes. No Canadá, por exemplo, as ADR's coordenam ações entre o local e federal, promovem auxílio financeiro, fazem a governança e todo suporte para o desenvolvimento econômico (OECD, 2019). Por outro lado, as ADR's no Reino Unido foram extintas no final de 2011 por um ato do governo visando ajuste fiscal do governo Inglês e alegando que os valores investidos ao longo do tempo nas agências não trouxeram o retorno esperado (BIS, 2012).

Na América do Sul, destaca-se os casos argentinos na segunda metade dos anos de 1990, e o brasileiro com a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) no Estado do Rio Grande do Sul, criado no início dos anos de 1990, e um dos primeiros arranjos voltados exclusivamente para a gestão do desenvolvimento regional. O Estado de Santa Catarina também foi um dos primeiros a criar conselhos e secretarias especializadas para o desenvolvimento regional, porém as instituições foram desativadas em 2019 por decreto estadual, visando a diminuição de cargos comissionados. Apesar de existirem ADR's em basicamente todo Estado brasileiro, há uma maior concentração na região Sul do Brasil (RIBAS, 2008).

O objeto de estudo deste artigo é a Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná, criada visando atuar como um escritório articulador das instituições em prol do desenvolvimento regional. Atualmente contando com 42 municípios e diversas instituições coligadas, este arranjo vem organizando e realizando planejamento de ações voltadas ao desenvolvimento dos municípios do sudoeste paranaense.

Dessa forma, este artigo objetiva analisar o papel da ADR do Sudoeste do Paraná em relação ao desenvolvimento da região. Para tanto, utilizou-se do método de pesquisa bibliográfica, além da obtenção de dados secundários em fontes oficiais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 ECONOMIA E ARRANJOS INSTITUCIONAIS

As instituições têm exercido papel preponderante na promoção do desenvolvimento regional e em seus padrões. Um dos trabalhos mais icônicos neste interim é de Rodriguez-Pose (2013) intitulado "*do institutions matters for regional development?*". Basicamente, o autor evidencia que, mesmo já mencionado há mais de um século, o papel das instituições foi negligenciado durante longo período. Porém, nos últimos anos, os economistas do *mainstream* perceberam que

instituições importam tanto quanto qualquer outro fator econômico para promoção ao desenvolvimento (RODRIK *et al*, 2004).

O conceito de instituições é bastante distinto entre autores, mas convergentes, principalmente no que concerne a interação e relação entre pessoas ou agentes econômicos que possuem uma certa regularidade em determinada ação ou processo. Ostrom (2005) considera que:

Broadly defined, institutions are the prescriptions that humans use to organize all forms of repetitive and structured interactions including those within families, neighborhoods, markets, firms, sports leagues, churches, private associations, and governments at all scales. Individuals interacting within rule-structured situations face choices regarding the actions and strategies they take, leading to consequences for themselves and for others. (OSTROM, 2005, p.3).

Essa definição de Ostrom (2005) mostra bem a importância da interação para formar as bases institucionais. Consoante à Ostrom, Rutherford defende que (1994, p. 182) uma instituição é “uma regularidade de comportamento ou uma regra que tem aceitação geral pelos membros de um grupo social, que especifica comportamentos em situações específicas e que se auto-polícia ou é policiada por uma autoridade externa”. Esta também é a visão de Schotter que explica o conceito como “regularities in behavior which are agreed to by all members of a society and which specify behavior in specific recurrent situations” (SCHOTTER, 1981, p. 9). O comportamento regular e o respeito às regras, formais ou informais, criam a estrutura e o ambiente institucional. Para Pondé,

O conceito apresentado destaca o papel das instituições em gerar ordem e estabilidade nos processos sociais, contendo mecanismos de coordenação que tornam viável que uma economia funcione movida pela divisão do trabalho e cooperação, dado que tornam os comportamentos mais previsíveis, sinalizam para os agentes os comportamentos apropriados e estabelecem canais de interação entre eles (PONDÉ, 2007, p.7).

Entende-se assim que as instituições apresentam funcionalidades importantes, que nem sempre somente organizam, mas podem também desequilibrar o meio social com a introdução de uma inovação, por exemplo, criando uma nova ordenação da vida social, bem como adequação ou alinhamento a determinadas necessidades, ou interesses da economia via grupos de interesse, agentes e atores envolvidos no arranjo.

Para analisar o cenário em tela, Scott (1995) ressalta que as instituições podem ser descritas a partir de uma categorização composta por três diferentes dimensões, incluindo: regulativa, normativa e cognitiva.

Para o autor, a regulativa envolve os processos sociais pelos quais se estabelecem padrões de comportamento, sob forma de recompensas e punições, influenciando as condutas para determinadas direções. Isso pode ocorrer de maneira

formal ou informal. Pode ser um afastamento de alguém com um comportamento distinto do esperado a fim de gerar algum impacto, ou formal como a força coercitiva da lei. Esta dimensão, conforme Pondé (2013) pressupõe certa racionalidade nas decisões dos atores, levando-os a agir sob influência de análise de custo/benefício, que direcionará seu comportamento.

A dimensão regulativa representa as regras e obrigações da vida social e se materializa por meio de “valores” ou “normas”, que geralmente são construídas a partir de padrões antecessores ou estruturas pré-existentes. Essa dimensão pode separar aqueles indivíduos que assumem um caráter específico de “como as coisas devem ser feitas” e vice-versa. Ou seja, agindo de acordo com o que se espera ser adequado para aquela situação.

A dimensão cognitiva das instituições, conforme Scott (1995), são representações e crenças que constroem as diferentes formas de interação dos agentes e sua forma de perceber o contexto natural e social. Dessa forma, o autor sintetiza um conceito geral ao afirmar que,

Institutions consist of cognitive, normative, and regulative structures and activities that provide stability and meaning to social behavior. Institutions are transported by various carriers cultures, structures, and routines and they operate at multiple levels of jurisdiction (SCOTT, p.33, 1995).

Portanto, com base em todas as definições supracitadas, fica evidente que o conceito ou o core das instituições está pautado nas relações interpessoais dos agentes envolvidos, e que estas interações se transformam em estruturas multifacetadas que incorporam sistemas simbólicos, construções cognitivas, regras e processos reguladores, moldando o comportamento social como um todo via instituições formais ou informais.

Williamsom (1996) descreve as instituições de governança como instituições que incluem contratos e organizações, especialmente a empresa de negócios. Para Lopes e Baldi (2015) os arranjos buscam entender porque firmas escolhem a integração vertical enquanto outras se especializam em um tópico ou terceirizam para outras firmas. Em outras palavras, a firma deve produzir seu próprio insumo, comprar do mercado ou estabelecer relação com fornecedor. Para Camerer (2003, p. 117), *“Institutional arrangements can be understood as responding to a world in which there are some sociopaths and some saints, but mostly regular folks who are capable of both kinds of behavior.”* Ou seja, os arranjos institucionais podem exacerbar resultados ruins, mas também é possível melhorá-los.

Para Ostrom (2005) é importante reconhecer que não apenas os sistemas humanos são complexos, assim como as estruturas que eles constroem. É necessário cavar e examinar o que entendemos por instituições e como elas podem ser usadas para superar dilemas sociais. Além disso, para Ostrom (2005) a análise de *trade-offs* geralmente é necessária para utilizar de base para selecionar diferentes arranjos institucionais, o que está totalmente de acordo com os pressupostos teóricos desta

tese, que se utilizará da análise de custo benefício para dimensionar e avaliar o arranjo institucional da ADR do Sudoeste do Paraná. As análises de trade-offs, as escolhas racionais e análises de custos estão intimamente ligadas.

Exemplos de arranjos são firmas e entidades, contratos de longo prazo, órgãos públicos e organizações sem fins lucrativos. Os custos de transação são, então, o principal fator para escolha ou configuração de um arranjo institucional, pois agentes buscam reduzir custos e fricções dentro do tecido institucional, para facilitar a organização do arranjo e atingir determinados objetivos.

Para Klein (1999) o ambiente institucional é o framework no qual as ações humanas ocorrem. Instituições reduzem as incertezas do cotidiano, definindo limites às escolhas individuais. Para North (1990), as instituições são como as regras de um jogo esportivo, diferenciando que para as instituições essas regras surgem de maneira geralmente espontânea e de escolhas individuais, não por ações coletivas e as organizações são como os jogadores. Ainda para o autor, o ponto estrutural da NEI permanece os princípios da especialização e divisão do trabalho, expostos por Adam Smith em 1776 com a publicação de sua obra “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”. Para Farina, Azevedo e Saes (1997) o ambiente institucional enfrenta um *trade-off* entre os custos de transação e especialização. Ou seja, os ganhos de uma maior especialização se reduzem à medida que mais transações ocorrem entre as partes. Mesmo com o seu papel imprescindível na dinâmica da economia, a especialização do trabalho impõe problemas de coordenação econômica, pois tornam as relações mais complexas. Klein (2000) esclarece isso ao verificar que na antiguidade as transações ocorriam de forma mais simples, porém com o avanço da padronização de formas, pesos e medidas as trocas e disputas interpessoais complexificou as relações de troca.

Segundo Coase (1984), o que ocorre é que, se os custos de realizar uma transação são superiores que o retorno, esta troca não ocorre e assim afetará a oferta de bens e serviços. Coase (1984) ainda demonstrou que, se os critérios neoclássicos de custos de transação zero fossem corretos, os recursos não seriam alocados da maneira a maximizar seu valor, ou seja, não haveria problema estratégico para a firma. Porém, como é observado de forma empírica, os custos de transação não são zero, e, portanto, existem resultados ineficientes no sistema econômico.

É importante salientar que para a Nova Economia Institucional (NEI) o desenvolvimento está ligado a um ambiente institucional que forneça suporte ao sistema econômico, garantindo incentivo a trocas através da redução nos custos de transação e proteção dos direitos de propriedade em detrimento da expropriação. Ou seja, desenvolvimento econômico e o institucional estão imbricados. Em sociedades em que os custos de transação são altos e há muita complexidade, há uma menor quantidade de trocas realizadas, diminuindo o dinamismo do sistema econômico. Por outro lado, é papel das instituições estimularem e, de certa forma regularem o ambiente para estimular a atividade econômica a partir de baixos custos de transação, aumentando a competitividade de um país ou região (NORTH, 1990).

North (1998) também explica que as instituições não são estáticas, pelo contrário, são passíveis de mutação ao longo do tempo devido a diversos fatores externos e internos, é moldado ao longo do tempo a partir da percepção da sociedade em relação à sua atuação. Para o autor, existem basicamente cinco proposições que descrevem o processo de mudança. A primeira é a concorrência, que explica a interação entre instituições e firmas no ambiente de escassez. Segundo, a concorrência faz com que firmas invistam em novos métodos produtivos. Terceiro, o framework institucional fornece os incentivos que determinam quais habilidades ou conhecimento tem maior retorno. Quarto, as percepções são derivadas de construções mentais e por último, as economias de escopo fazem com que as mudanças institucionais sejam predominantemente incrementais.

Assim, conforme assevera Klein (1999), essas mudanças são produto de um processo contínuo, e verifica-se, portanto, que o desenvolvimento é visto como a evolução das instituições e sua capacidade em criar um ambiente favorável às firmas e permitindo redução de custos.

As regras de mercado também são trabalhadas por Ostrom (2008), que as divide em sete grupos: i. Regras de fronteiras; ii. Regras de posicionamento; iii. Regras de escopo; iv. Regras de autoridade. v. Regras de agregação; vi. Regras de informação e vii. Regras de pagamento. De forma sintética, essas regras afetam o número de participantes ao definir regras de entrada, de posicionamento quando cada agente pode ou não fazer algum movimento. As regras de escopo delimitam os resultados que podem ser afetados por externalidades; as de autoridade determinam as decisões de cada participante. As regras de agregação, o nível de controle; as de informação moldam o acesso às informações e as regras de pagamento alteram os custos e benefícios que são atribuídos a determinadas ações e resultados. Qualquer alteração em uma das regras afeta a estrutura do mercado, seu equilíbrio e desempenho.

## 2.2 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ADR)

Considerando o escopo da economia regional, um modelo de arranjo institucional que proliferou na Europa do Pós-Guerra foram as Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), como uma forma de descentralização das ações de desenvolvimento. Após uma reconfiguração espacial, política e econômica, cada local passou a apresentar performances distintas, e apresentar problemas cada vez mais específicos (HALKIER, 2017).

As agências precisam ser compreendidas e conceituadas de acordo com o contexto social e econômico em que estão inseridas. Uma agência é uma instituição financiada publicamente, mas fora do *mainstream* da administração do governo, projetada para fomentar o desenvolvimento econômico em regiões de baixo dinamismo econômico ou consideradas como regiões problemáticas. Essa definição é ampla e deixa algumas divergências em aberto, como é o caso de instituições que

acabam por se tornar supranacionais, como foi o caso do DATAR na França e da IDA (Agência de Desenvolvimento Industrial) na Irlanda, que são exemplos proeminentes desse padrão: órgãos essencialmente nacionais se separaram do governo central como organizações não departamentais.

Enquanto políticas de nível nacional dominam os departamentos do governo central, as agências são estabelecidas como corpos semiautônomos num nível regional. Uma entidade regional é melhor posicionada para desenvolver estratégias específicas para problemas de cada região, além de que ao trabalhar localmente, o trato dos atores dentro de suas capacidades é mais flexível que ao nível das burocracias do governo central. Outro ponto importante das ADRs é o aspecto da autonomia, que limita as interferências políticas e facilita a adoção de estratégias de longo prazo.

É visível que a descentralização das políticas regionais via ADR's é benéfica principalmente nas disparidades regionais, promovendo melhorias localmente, auxiliando na competitividade das firmas frente à grandes organizações nacionais. Porém, as agências sofrem com a falta de legitimidade, poder político e corpos departamentais para fazer frente e agir dentro de seus interesses. Esse debate sobre a atuação das ADR's é longo e vem se acirrando ao longo do tempo com autores que defendem a importância destas instituições e outros que criticam o seu gasto e pouco retorno, e com isso em alguns países as ADR's encontram terrenos férteis ou não.

De acordo com Kovanen *et al.* (2023, p.11):

The model of the “regional development agency” is used for public-driven inter-municipal collaboration and, although it is framed by the actors themselves as the neutral representative of the region, its central focus lies on classical economic development. [...] Thus, the main actors for whom the development is done are the local enterprises in competitive industries, employers and employees.

Ou seja, nesse sentido as ADRs são como arenas apenas para legitimar interesses próprios dos atores envolvidos. Legendijk *et al.* (2009) trata do desenvolvimento das ADR's na Turquia, levando em consideração aspectos políticos e econômicos, e que, mesmo com dificuldades e fragilidades, a atuação das ADR's turcas preenche lacunas existentes no processo do desenvolvimento regional. Para Özişik (2021), que também se debruça sobre a situação das ADRs na Turquia, apesar de muitos problemas estruturais e financeiros mencionados acima, a existência de agências é importante mesmo que sejam consideradas como “extensões provinciais do centro”.

Mais especificamente no caso brasileiro, as iniciativas relacionadas às agências na gestão do desenvolvimento teve como precursores os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) gaúcho nos anos de 1990. Atualmente, são oito COREDES no Estado do Rio Grande do Sul, responsáveis pela articulação das propostas para o desenvolvimento regional (COREDES, 2021). Já Santa Catarina, vive momento oposto após a desativação completa de suas vinte ADR's em 2019,

por meio do Decreto 3 do Governo Estadual de Santa Catarina. A justificativa está exatamente no mesmo argumento da desativação das agências inglesas: recuperação fiscal através de corte de gastos, deixando para as associações municipais as tarefas de promoção do desenvolvimento regional.

Ribas (2008) e Kornin (2011) se debruçaram a estudar as ADRs paranaenses, e também propor alternativas para seu fortalecimento. Bem como analisam as limitações dos arranjos envolvidos nas ADRs. Os autores fazem uma detalhada análise das ADR's destacando seu papel no desenvolvimento, porém, não adentram em questões de medidas ou parâmetros para se avaliar o andamento das agências. Para Ferreira-Gomes (2021) a criação dessas agências ocorre por meio de processos endógenos articuladas por atores de uma maneira assimétrica, ou seja, sem um padrão reconhecido, pois cada qual tem sua concepção em momentos distintos da história.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

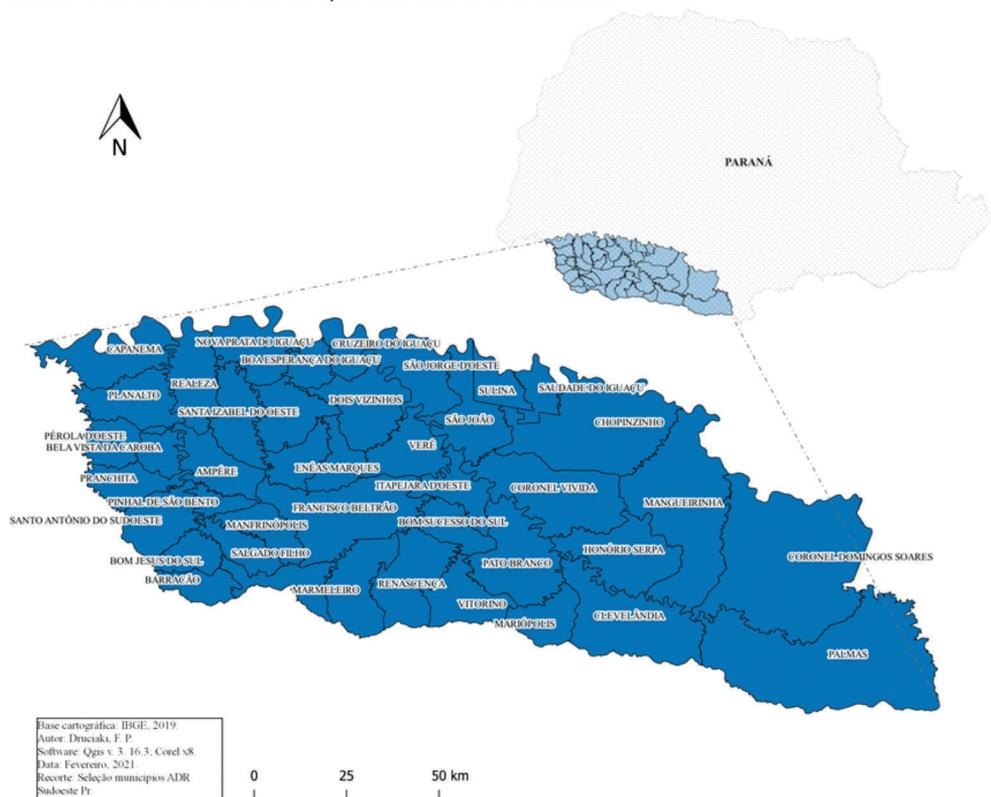
#### 3.1 CONTEXTO DA PESQUISA

Inicialmente, cabe ressaltar que essa pesquisa se situa no contexto da Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná (ADR), visando analisar as ações e o papel dessa agência para o desenvolvimento regional. Logo, é necessário compreender o recorte territorial com os municípios situados na sua área de abrangência.

A região é composta por 42 municípios, conforme o recorte territorial apresentado na figura 1. Em suma, esses municípios apresentam características similares, contudo, um dos fatores mais relevantes decorre do processo de ocupação a partir da década de 1940. Esse processo determinou as vocações econômicas da região, pautadas atualmente na indústria agroalimentar, confecções, fabricação de móveis, metalmecânica e eletromecânica.

Ainda, é importante destacar que a região possui uma instituição que congrega todos os municípios, denominada Associação de Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), a qual é uma entidade de caráter civil e sem fins lucrativos, visando a integração econômica e social dos 42 municípios do Sudoeste paranaense, em uma área de 16.975.515 km<sup>2</sup>, fazendo fronteira ao sul com o Estado de Santa Catarina, e a oeste com a província de Misiones, Argentina. Ademais, os dados do Censo 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam uma população regional de 662 mil habitantes, com um crescimento em torno de 13% em comparação ao censo anterior referente ao ano de 2010 (AMSOP, 2023; IBGE, 2023).

FIGURA 1 - MAPA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ADR SUDOESTE



FONTES: IBGE (2019)

NOTA: Adaptado pelos autores.

### 3.2 A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO SUDOESTE DO PARANÁ

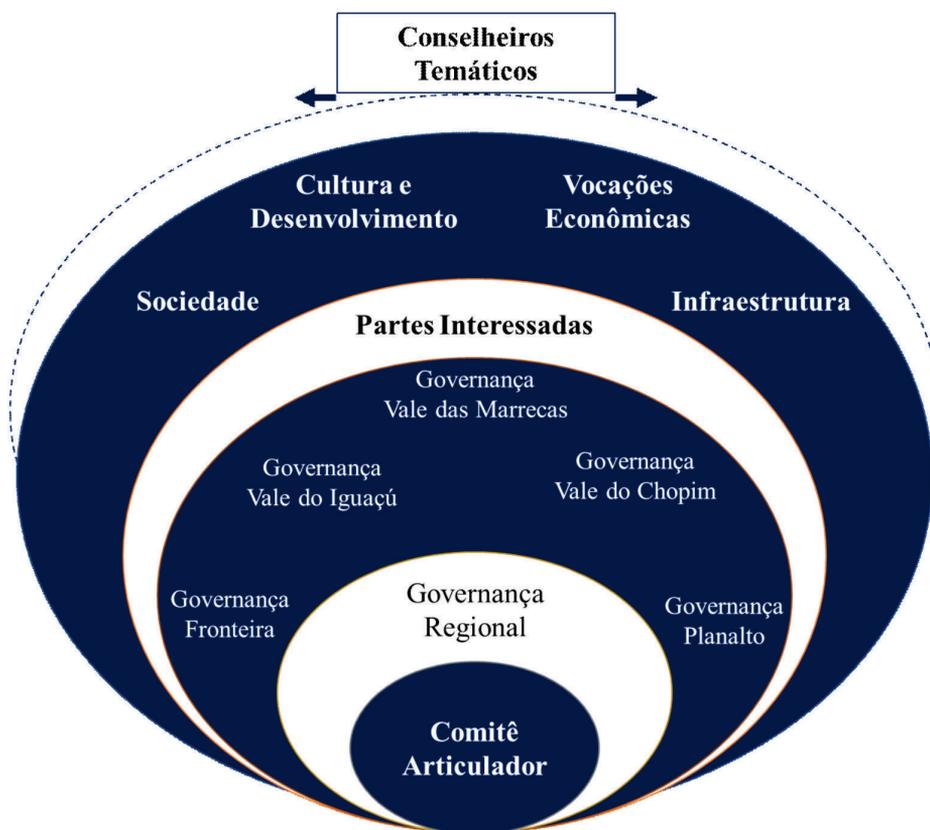
O surgimento da ADR do Sudoeste do Paraná tem seu embrião ainda nos anos de 1990, quando prefeitos e demais autoridades da região paranaense foram constatando que os números econômicos de seus municípios estavam abaixo do esperado, e as razões vinham desde os anos de 1980, principalmente relacionadas à plantação de *commodities* em pequenas propriedades. Esse fator gerou certo incômodo, pois para se obter maiores rendas da plantação e comercialização de *commodities* faz-se necessário ter escala de produção, e isso era uma dificuldade bastante grande naquela época para a região (PDRI, 2013).

Conforme PDRI (2019), foi em 1997 que a Associação de Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP, que era a governança instituída e que representava os municípios do território, organizou uma missão técnica para região da Emilia-Romagna, na Itália. A partir do ano subsequente, após esta visita técnica, os prefeitos e representantes iniciaram um movimento denominado Programa Nova Itália (PNI),

o qual apresentava como objetivo “fomentar, em 10 anos, 600 empreendimentos cooperativos/familiares, conhecido posteriormente como fábrica do agricultor” (PDRI, p. 23, 2019).

Os objetivos desse programa estavam pautados pela organização de pequenas cooperativas, promoção da transferência de tecnologias, agregação de valor na cadeia produtiva e fomento do investimento no sistema mercadológico eficiente. Porém, ao longo do tempo a efetividade da iniciativa começou a ser questionada pela falta de foco em sua atuação, e somente a partir de 2012, com novas atualizações nesse processo, a visão alterou-se, bem como o objetivo principal que passou a ser “promover e estimular o desenvolvimento integrado do Sudoeste do Paraná” (PDRI, p.24, 2019). Assim, a organização institucional para promoção do desenvolvimento passou a integrar as ações a partir de uma estrutura de governança regional atualizada, conforme apresentado na figura 2.

FIGURA 2 - INSTÂNCIA REGIONAL DA GOVERNANÇA DO PDRI



FONTE: PDRI (2019)

A governança regional do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI) é organizada a partir de um comitê articulador que é responsável pelas ações deliberativas do projeto, como mostra a figura 2, bem como as ligadas às estruturas

de governança sub-regional, da Fronteira, Vale do Iguaçu, Vale do Marrecas e do Planalto. Essas lideranças fazem o *link* entre os eixos estruturantes das partes interessadas e o comitê articulador.

As pessoas e instituições que integram o núcleo dessa governança foram eleitos a partir de especificidades citadas no PDRI, levando em consideração capital político, financeiro e também estar presente na fundação do PDRI, sendo essas instituições: FIEP, SEBRAE/PR, AMSOP e CACISPAR.

Adicionalmente, além das 42 prefeituras municipais que realizam e compõem a estrutura de governança da ADR com suas respectivas pastas, fazem parte deste arranjo institucional, declaradamente, 22 entidades, público e privadas. Dentre as instituições destacam-se: Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo sul (BRDE), Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Sudoeste do Paraná (CACISPAR), Federação das Associações Comerciais do Paraná (FACIAP), Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR), Secretaria de Estado de Turismo (SETU), Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAB), União das Cooperativas de Agricultura Familiar (UNICAFES), Rede paranaense de ADR's, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), e cooperativas de crédito (Sicredi, Sicoob e Cresol).

Todas essas instituições e atores envolvidos compõem o arranjo institucional da ADR Sudoeste, atuando de forma organizada e estruturada em prol do desenvolvimento da região Sudoeste do Paraná.

Como mencionado, a região de abrangência do arranjo da ADR congrega 42 municípios que apresentam resultados distintos entre si, porém, em níveis gerais em comparação ao restante do Estado do Paraná, são resultados superiores, conforme pode ser visto na tabela 1.

TABELA 1 - ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL - 2010-2020

REGIÃO	ÍNDICE GERAL										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Paraná	0,5960	0,6174	0,6108	0,6365	0,6459	0,6542	0,6623	0,6893	0,6946	0,7235	0,7219
Sudoeste	0,6066	0,6364	0,6229	0,6548	0,6614	0,6707	0,6846	0,7137	0,7216	0,7464	0,7416
Diferença (%)	1,75%	2,99%	1,94%	2,80%	2,34%	2,47%	3,25%	3,42%	3,74%	3,08%	2,65%

FONTE: IPARDES (2023)

NOTA: Adaptado pelos autores.

Nesta tabela podemos observar o Índice IparDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM), com as respectivas variações nos anos de 2010 a 2020, considerando tanto Estado do Paraná como a região de atuação da ADR, ou seja, os 42 municípios do Sudoeste do Paraná. A melhoria nos indicadores pode ser vista no Estado como

um todo para o intervalo entre 2010 e 2020. Contudo, é importante ressaltar que o recorte do Sudoeste ainda foi superior à média do Paraná, se classificando com um nível “médio” de desenvolvimento em toda a série histórica, variando na escala de 0,60 a 0,74. Esse indicador evidencia a melhora na qualidade de vida dos residentes no território em tela, mostrando também o avanço nas áreas econômicas, sociais e de saúde, as quais são representadas pelo indicador.

Cabe destacar que até o ano de 2017, a região tinha seu maior bolsão de empregos concentrados na indústria de transformação, seguido pelo comércio e setor de serviços. Porém, os dados revelam mudança a partir de 2021. Nesse sentido, o setor de comércio lidera as contratações formais com 23,80%, seguido de serviços com 22,67% e a indústria com 22,62%. O setor de agropecuária empregou apenas 6,60% do total em 2021 (RAIS, 2021). Outro ponto importante a ressaltar é o Valor Adicionado Bruto (VAB), o qual identifica a contribuição de um setor, empresa ou atividade econômica para a geração de riqueza. Ele representa a diferença entre o valor da produção de bens e serviços de uma entidade econômica e o valor dos insumos utilizados nessa produção (IBGE, 2008).

Percebe-se que o VAB para a região Sudoeste, de 2020 a preços correntes de junho de 2023, apresentou um comportamento em que a maior parte dele está concentrado no setor de comércio e serviços, com aproximadamente 47%, abaixo da média do Estado do Paraná para o mesmo período que foi de aproximadamente 56%. Por outro lado, o setor de agropecuária mostrou-se mais forte para a região em comparação ao estado como um todo, confirmando assim o perfil e vocação agrícola da região, conforme visto na tabela 2.

A tabela 2 ainda nos informa que, em média, na região da atuação da ADR em análise, o PIB relacionado aos impostos teve participação bastante inferior em relação ao Estado do Paraná, apresentando uma média de 10,20% contra 15,10% do Estado. Diversos fatores podem explicar essa participação, mas principalmente as diferenças de alíquotas para diferentes tipos de atividade econômica no Estado.

TABELA 2 - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS, IMPOSTOS E A PREÇOS CORRENTES DE JULHO DE 2023, SEGUNDO SETORES ECONÔMICOS E OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ - 2020

DESCRIÇÃO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Sudoeste	6.979.191 30,08%	6.033.176 26,00%	11.011.782 47,46%	3.773.719 16,26%
Paraná	67.680.707,525 15,87%	133.153.092,034 31,23%	241.871.673,045 56,73%	68.093.148,070 15,97%
DESCRIÇÃO	TOTAL <sup>(1)</sup>	PIB - IMPOSTOS (R\$ 1.000,00)	PIB - PREÇOS CORRENTES <sup>(2)</sup> (R\$ 1.000,00)	
Sudoeste	27.797.867 119,80%	2.610.491 10,28%	30.408.358 100,00%	
Paraná	510.798.620,691 119,80%	73.751.403,762 15,12%	584.550.024,442 100,00%	

FONTE: SEFA/PR

(1) Valores corrigidos IGPM de junho de 2023.

Outra informação importante relacionada aos aspectos econômicos do Estado e da região em discussão é a renda per capita, resultado da média do PIB pelo número de habitantes. O PIB per capita é amplamente utilizado por investidores e pelo poder público, além de servir como parâmetro de padrão de vida. A relação mostra que, em 2019, a média dos municípios do Sudoeste estava ligeiramente abaixo da média paranaense, e isso inverteu para 2020, em que a região superou a média estadual, conforme visto na tabela 3.

TABELA 3 - PIB PER CAPITA PARANÁ X SUDOESTE - 2019-2020

MUNICÍPIOS	PER CAPITA (R\$ 1,00)	
	2019	2020
SUDOESTE	56.064,33	52.832,63
PARANÁ	60.848,49	50.756,46

FONTE: SEFA/PR

NOTA: Valores corrigidos pelo IGPM junho/2023.

Vale ressaltar que, tanto na média paranaense quanto na média do Sudoeste, há municípios discrepantes que ficam bastante abaixo da média e outros com comportamento inverso que acabam puxando a média para cima. Outro ponto importante a destacar é que o PIB per capita não representa qualidade de vida, desigualdades ou distribuição de renda, por isso deve ser relativizado em suas análises, e também utilizado em conjunto com demais indicadores socioeconômicos.

No contexto de indicadores para a área da saúde, pode-se elencar o que o IPARDES sugere como um dos indicadores significativos, o número de profissionais de saúde por área. Na tabela 4 podemos ter uma ideia de como estão distribuídos esses profissionais e as discrepâncias entre a região Sudoeste e a média paranaense.

TABELA 4 - NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - 2020

REGIÃO	PROFISSIONAIS DE SAÚDE				
	Médicos	Enfermeiros	Dentistas	Farmacêuticos	Total
Sudoeste	1.018 33,74%	978 32,42%	575 19,06%	446 14,78%	3017 100,00%
Paraná	27.213 44,54%	18.010 29,48%	10.746 17,59%	5.131 8,40%	61.100 100,00%

FONTE: DATASUS (2023)

Verifica-se que o número de médicos está bastante aquém da média paranaense, com a região Sudoeste apresentando um total de 33,70% de médicos em comparação com outros profissionais da área da saúde, contra 44,50% visualizado no mesmo escopo para a média paranaense. Já o número de enfermeiros, dentistas e farmacêuticos é superior à média paranaense. Esses dados reforçam que as especialidades médicas não se encontram de maneira tão presente no interior do

Estado, e que a média paranaense foi alavancada por Curitiba e região metropolitana, concentrando grande quantidade de especialidades médicas.

Outros dados interessantes são relacionados à educação, que evidenciam um percentual médio de analfabetos superior à média paranaense, número de pessoas com ensino fundamental incompleto também superiores à média. Por outro lado, no ensino fundamental completo e médio incompleto a participação é superior. E por fim, os níveis de ensino superior completo e também pós-graduação como pós-graduação, mestrado e doutorado é bastante inferior, deixando uma margem ainda considerável para melhorar, conforme evidenciado na tabela 5. Isso ocorre mesmo havendo instituições estaduais e federais de ensino superior presentes em diversos municípios da região, como é o caso de Pato Branco com o câmpus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Chopinzinho e Coronel Vivida com o câmpus avançado da UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro Oeste), Dois Vizinhos com o câmpus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Francisco Beltrão com o câmpus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e o câmpus da UTFPR, além da presença de instituições de ensino superior e centros universitários privados em outros municípios da região.

TABELA 5 - INDICADORES ESCOLARES PARANÁ X SUDOESTE - 2021

REGIÃO	ANALFABETOS	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
Sudoeste	531 0,32%	16903 10,33%	15972 9,76%	15791 9,65%
Paraná	9.147 0,28%	274.776 8,44%	238.970 7,34%	223.513 6,86%

REGIÃO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	ENSINO SUPERIOR COMPLETO	MESTRADO E/OU DOUTORADO
Sudoeste	78376 47,88%	8131 4,97%	27640 16,79%	1256 0,77%
Paraná	1.613.458 49,53%	142.890 4,39%	716.187 21,99%	38.592 1,18%

FONTE: INEP (2023)

Também se verifica que, em termos de desenvolvimento municipal, as médias da região estão ligeiramente superiores à média do estado conforme os dados do IPDM nos confirmam. De 2010 para 2020, a evolução vem ocorrendo de maneira constante, saindo de 0,59 de IPDM em 2010, para 0,72 em 2020; isso representa um aumento próximo a 22% no intervalo de 10 anos.

Em 2020, o PDRI (2019) estimou uma população com cerca de 634.635 mil habitantes. Conforme dados do IBGE (2023), a população atual destes municípios é de 662.669 mil habitantes, o que evidencia um crescimento da população nesta

região, ao contrário do que ocorre em diversas cidades e regiões que é a estagnação ou a queda no número de habitantes. Também em 2022, a região tinha cerca de 494.405 mil eleitores, número significativo que auxilia na representatividade política e institucional da região.

Este breve apanhado de indicadores econômicos e sociais evidenciam um retrato da região Sudoeste do Paraná em relação ao Estado como um todo, e com isso percebe-se que, em muitos casos, os indicadores mostram um dinamismo mais baixo que a média estadual, o que representa a necessidade de continuar trabalhando para que algumas situações se estabeleçam de maneira mais positiva nos municípios da região Sudoeste.

Contudo, ressalta-se que atualmente não há como identificar especificamente o quê ou quais desses resultados (econômicos, sociais ou institucionais) foram especificamente fruto desta organização regional, uma vez que não há uma metodologia de monitoramento das ações realizadas pelo arranjo institucional no desenvolvimento daquela região, evidenciando a falta de mecanismos de monitoramento das ações que se originam exclusivamente pela articulação da ADR com a respectiva rede de atores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou lançar luz sobre a discussão da economia regional no contexto da formação dos arranjos institucionais, utilizando como objeto a Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) do Sudoeste do Paraná, a fim de analisar o papel desta ADR no desenvolvimento regional. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da teoria em discussão, bem como a busca de dados secundários em fontes oficiais.

Verifica-se que o desenvolvimento regional é produto da orquestração de diversas variáveis, e que as instituições são elementos importantes no contexto desta dinâmica. É a partir da organização de todo o aparato institucional que se cria um tecido integrado para que ocorra o desenvolvimento regional. E, conforme exposto na teoria, quanto melhor a qualidade do tecido institucional e a relação dos atores componentes de tais arranjos, mais fácil ocorrerá a proliferação de ações que desencadeiem efeitos positivos no desenvolvimento de uma determinada região.

Muitos autores ressaltam a importância da descentralização de instituições com esse objetivo, pois dessa maneira evita-se seguir modelos hegemônicos que menosprezem a capacidade endógena de municípios e regiões, e nesse sentido, o conjunto de ativos e especificidades em seus territórios. Portanto, uma das melhores formas para que isso ocorra é a partir da organização por meio das agências de desenvolvimento regional, as quais estão espalhadas ao redor do mundo, principalmente em países da Europa.

No caso brasileiro, verificou-se que são várias iniciativas, como por exemplo, os COREDES e demais ADRs dispostas pelo país. Nesse sentido, um destes arranjos é a ADR do Sudoeste do Paraná, a qual foi base de pesquisa e discussão neste artigo.

Para atingir os objetivos da pesquisa, realizou-se uma contextualização dessa ADR, e verificou-se que atualmente o arranjo é composto por 42 municípios e vários atores e instituições que compõem a rede regional. Os dados socioeconômicos da região se mostram positivos e promissores, alguns inclusive acima da média estadual. Porém, a ADR não possui um mecanismo explícito de avaliação das ações conjuntas realizadas com os atores da rede, e nem mesmo uma metodologia para o monitoramento dos impactos e das ações realizadas em prol do desenvolvimento regional.

Instituições são primordiais para o desenvolvimento regional, mas ainda faltam elementos que possibilitem um olhar efetivo quanto às contribuições da ADR para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, ressalta-se que em outros casos, como na Inglaterra e aqui no Brasil em Santa Catarina, algumas ADRs foram fechadas justamente por falta desta verificação e avaliação da efetividade de suas ações.

No caso em tela, cabe ressaltar o esforço da ADR para o planejamento e a construção de sinergias em prol do desenvolvimento regional, como pode ser visto nos respectivos cadernos publicados pela agência. Isso fica evidente com a última publicação da ADR visando o desenvolvimento regional integrado, caderno com as diretrizes do plano de desenvolvimento regional para o período de 2019 até 2029. Contudo, ressalta-se que o instrumento continua sem evidenciar os possíveis mecanismos de controle e avaliação das ações previstas nesse planejamento.

Analisar indicadores sociais e econômicos no contexto do desenvolvimento regional, é um caminho importante, porém, não necessariamente pode-se afirmar que esses resultados derivam das ações da agência, e, portanto, devem ser vistos e analisados apenas como auxiliares nesta discussão. Sugere-se que não só a ADR do Sudoeste do Paraná, mas qualquer um desses movimentos de organização territorial, invistam em mecanismos de avaliação para sua própria permanência como arranjos institucionais no papel de fomentar e promover o desenvolvimento regional e a melhoria na qualidade de vida da sua população.

## REFERÊNCIAS

- AMSOP. **Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná**. Disponível em: <https://amsop.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- BECATTINI, G. Italian industrial districts: Problems and perspectives. **Internacional Studies of Management and organization**, v.21, n.1, p.83-90, 1991.
- BIS. **Abolition of the regional development agencies**. Department for Business and Innovation. Crown: London, 2012.
- CAMERER, C. F. **Behavioral game theory**: experiments in strategic interaction. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003.
- COASE, R. H. The New Institutional Economics, 140. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, p.229-232, 1984.
- DATASUS. **Estatísticas vitais**. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- FARINA, E. M. M. Q. *et al.* **Competitividade**: mercado, estado e organizações. São Paulo: Singular, 1997.
- FERREIRA-GOMES, C. A. As agências de desenvolvimento local e regional: a busca de um arranjo institucional à luz do desenvolvimento endógeno. **Capital Científico**, v.19, n.4, dez. 2021.
- HALKIER, H.; DANSON, M. Regional Development Agencies in Western Europe: a survey of key characteristics and trends. **European Urban and Regional Studies**, v.4, n.3, p.243-256, 1997.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Pesquisas, estatísticas e indicadores educacionais**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Índice IPARDES de desenvolvimento municipal**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal>> Acesso em: 18 jul. 2023.
- KLEIN, P. G. New Institutional Economics. **Discuss Text 0530**. Department of Economics, University of Georgia, 1999.
- KORNIN, T. Agências de desenvolvimento e a ampliação da esfera pública para a gestão territorial. **Caderno Iparades**, Curitiba, v.1, n.2, p.1-16, 2011.
- KOVANEN, S.; ULRICH, P; GAILING, L. Institutionalizing collaborative regional governance in organizationally thin regions – regional development agencies and the neglect of social innovations. **Frontiers in Political Science**, v.5, 2023.
- LAGENDIJK, A.; KAYASU, S.; YASAR, S. The Role of Regional Development Agencies in Turkey: From Implementing EU Directives To Supporting Regional Business Communities? **European Urban and Regional Studies**, v.16, n.4, p.383-396, 2009.
- LOPES, F. D.; BALDI, M. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Rap**, Rio de Janeiro, v.43, n.5, p.1007-1035, set./out. 2009.
- MARSHALL, A. **Principles of economics**. 8<sup>th</sup> Ed. London: MacMillan & Co, 1920.

- NORTH, D. **Institution, institutional change, and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OECD. **OECD Regional Outlook 2019: leveraging megatrends for cities and rural areas**. Paris: OECD Publishing, 2019.
- OSTROM, E. **Understanding Institutional diversity**. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- ÖZIŞIK, F. U. Agências de desenvolvimento na política de desenvolvimento regional na Turquia: uma avaliação até a fase de implementação. **Jornal de Economia de Izmir**, v.36, n.3, p.651-674, 2021.
- PDRI. **Plano de desenvolvimento regional integrado**. Ciclo 2019-2029. Francisco Beltrão, 2019.
- PONDÉ, J. L. **A nova economia institucional**. Roteiro de Curso. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: 2013. V.1.
- PUTNAM R. D. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- RIBAS, O. **Proposições para a melhoria no desempenho de agências de desenvolvimento regional utilizando as experiências em curso na Região Sul do Brasil**. Florianópolis, 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2008.
- RODRIGUEZ-POSE, A. Do Institutions Matter for regional development? **Regional Studies**, v.47, n.7, p.1034-1047, 2013.
- RODRIK, D.; SUBRAMANIAN, A.; TREBBI, F. Institutions rule: the primacy of institutions over geography and integration in economic development. **Journal of Economic Growth**, v.9, n.2, p.131-165, 2004.
- RUTHERFORD, M. **Institutions in economics: the old and the new institutionalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- SCHOTTER, A. **The economic theory of social institutions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- SCOTT, R. W. **Institutions and organizations-ideas: interests and identities**. 4<sup>th</sup> Ed. London: Sage, 2014.
- SEFAZ/PR. **Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná**. Disponível em: <https://www.fazenda.pr.gov.br/servicos/Fomento/Outros-servicos/Acessar-o-portal-de-servicos-Receita-PR-ybrz8jN4>. Acesso em: 4 ago. 2023.
- VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.
- WILLIAMSON, O. E. Transaction-cost economics: the governance of contractual relations. **Journal of Law and Economics, University of Chicago Press**, v.22, p.233-261, 1979.